COMISSÃO
EUROPEIA

Bruxelas, 18.5.2015
COM(2015) 208 final

RELATÓRIO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU

Nono Relatório Anual 2014 sobre a execução da assistência comunitária ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 389/2006 do Conselho, de 27 de fevereiro de 2006, que estabelece um instrumento de apoio financeiro para a promoção do desenvolvimento económico da comunidade cipriota turca

RELATÓRIO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU

Nono Relatório Anual 2014 sobre a execução da assistência comunitária ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 389/2006 do Conselho, de 27 de fevereiro de 2006, que estabelece um instrumento de apoio financeiro para a promoção do desenvolvimento económico da comunidade cipriota turca

1. INTRODUÇÃO

O Regulamento (CE) n.º 389/2006 do Conselho[1] (a seguir designado «Regulamento relativo à assistência») constitui a base da execução da assistência à comunidade cipriota turca e exige a apresentação de relatórios anuais ao Conselho e ao Parlamento Europeu. O presente relatório refere-se ao ano de 2014.

2. PROGRAMAÇÃO DA ASSISTÊNCIA

Entre 2006 e o final de 2014, foi programada uma verba de 370 milhões de EUR para operações ao abrigo do Regulamento relativo à assistência. O montante do programa anual de 2014 foi de 32,96 milhões de euros[2]. Pela primeira vez, o Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2014-20 prevê uma perspetiva plurianual para o programa com uma provisão para o financiamento anual. No entanto, o programa de assistência é temporário, para facilitar a reunificação de Chipre, e o Regulamento n.º 1311/213 do Conselho[3] que estabelece o QFP permite uma revisão do quadro no caso de se alcançar uma reunificação durante o seu período de vigência. Na sequência da declaração conjunta dos cipriotas gregos e dos dirigentes cipriotas turcos, em fevereiro de 2014, a Comissão comprometeu-se a intensificar os seus esforços para ajudar a preparar a comunidade cipriota turca para a aplicação do acervo.

3. MECANISMOS DE APLICAÇÃO

O programa é executado nas zonas da República de Chipre onde o Governo da República de Chipre não exerce um controlo efetivo e em que a aplicação do acervo está temporariamente suspensa em conformidade com o Protocolo n.º 10 do Tratado de Adesão. A assistência é executada principalmente através de gestão direta pela Comissão Europeia, mas alguns projetos são indiretamente geridos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo *British Council*.

A Comissão opera num contexto político, jurídico e diplomático único. São necessárias modalidades *ad hoc* para a execução do programa, respeitando simultaneamente os princípios de uma boa gestão financeira. Em circunstâncias normais, os programas de assistência financiados pela UE incluem convenções concluídas com o governo beneficiário, que estabelecem o quadro jurídico da ajuda ao desenvolvimento. Não podem ser concluídas convenções deste tipo para a assistência à comunidade cipriota turca, devendo a Comissão basear-se no que considera serem as regras e condições aplicáveis localmente. A gestão e a atenuação dos riscos inerentes são parte da responsabilidade da Comissão que, para tal, adota medidas que incluem a supervisão e o apoio intensivos em prol dos beneficiários, a aplicação de condições de pagamento revistas e uma abordagem cuidadosa da utilização das garantias bancárias. A assistência inclui um importante volume de

[1] JO L65 de 7.3.2006, p. 5.

[2] Decisão C(2014)9366 da Comissão.

[3] JO L 2 de 2.12.2013, p. 884.

apoio sob a forma de subvenções que exige uma gestão intensiva em termos de recursos.

A fim de garantir o êxito e a implementação sustentável neste contexto, a comunidade cipriota turca deve empenhar-se plenamente na transição para o alinhamento pelo acervo. A cooperação entre as comunidades cipriota turca e cipriota grega continua a ser necessária para assegurar a plena realização do objetivo último de reunificação.

A equipa do programa utiliza o Gabinete de apoio ao programa da UE (EUPSO), situado na parte norte de Nicósia. A representação da Comissão em Chipre organiza igualmente reuniões, seminários e conferências de imprensa e informa o público cipriota em toda a ilha, inclusivamente sobre o programa.

4. EXECUÇÃO DURANTE O PERÍODO EM ANÁLISE

4.1. Apresentação geral

Esperavam-se progressos nas negociações sobre a resolução da questão cipriota relançadas após a declaração conjunta dos líderes em fevereiro. A Comissão está pronta a adaptar o programa de acordo com as necessidades para facilitar e desenvolver os eventuais acordos obtidos. Infelizmente as negociações não registaram progressos substanciais no período de referência. A Comissão continua a aplicar o regulamento relativo à assistência, com o objetivo global de apoiar a reunificação.

Os acontecimentos marcantes de 2014 incluíram a inauguração da nova estação de tratamento de águas residuais dos dois municípios de Nicósia em Mia Milia/Haspolat. Mais de 50 subvenções foram assinadas ao abrigo de três convites à apresentação de propostas lançados pela Comissão Europeia para apoiar o desenvolvimento do setor privado, o desenvolvimento das comunidades e a sociedade civil. O programa de bolsas de estudo, confiado ao *British Council* para 2014, apoiou 115 estudantes.

Os resultados das medidas geradoras de confiança e de apoio à proteção do património cultural e ao Comité das Pessoas Desaparecidas foram ambos além do esperado. Foi iniciado um novo ciclo de assistência ao acervo financiado pelo TAIEX que contou com a participação de 60 peritos dos Estados-Membros e que começou com uma reunião inicial em Bruxelas e uma série de missões em Chipre.

Tal como nos últimos dois anos, foram envidados esforços consideráveis para completar as atividades financiadas pelos programas anteriores e foram celebrados 225 contratos em 2014. No final do ano, tinham sido lançados 264 contratos, em comparação com 533 no final de 2011. Esta situação reflete o grande volume de trabalho, quase completamente concluído, proveniente da grande dotação no início da execução do programa de assistência, em especial o número considerável de subvenções. Foi possível racionalizar o programa com uma abordagem mais focalizada e um volume mais fácil de gerir.

Uma questão problemática foi a construção da rede de esgotos de Famagusta que a Comissão terminou em dezembro de 2013. O processo de litígio, desenrolado em conformidade com as condições contratuais da FIDIC (Federação Internacional de Engenheiros Consultores), que foi moroso, estava em fase de resolução amigável no final de 2014. Este caso destacou a importância do papel que a comunidade cipriota

turca deve desempenhar em prol da boa execução dos projetos e da resolução de litígios.

O pagamento de certas garantias emitidas por bancos locais tinha anteriormente sido bloqueado. As medidas tomadas pela comunidade cipriota turca em 2013 (alterações nos textos jurídicos locais e concessão unilateral de um estatuto específico ao EUPSO) foram consideradas suficientes pela Comissão para proteger o sistema de resolução de litígios contratuais e as garantias bancárias. Por sua vez, a Comissão pôde avançar com a assinatura de subvenções para as PME, que estavam dependentes de uma resolução para o problema das garantias bancárias.

Os recursos a título do Regulamento relativo à assistência são também utilizados para apoiar as atividades e, em 2014, foi assinado um novo contrato válido por 24 meses que prolonga a oferta de infraestruturas ao gabinete EUPSO até julho de 2017.

4.2. Progressos realizados por objetivo

O objetivo global do programa de assistência consiste em facilitar a reunificação de Chipre, incentivando o desenvolvimento económico da comunidade cipriota turca, com uma tónica especial na integração económica da ilha, na melhoria dos contactos entre as duas comunidades e com a UE, e na preparação para a aplicação do acervo. Em 2014, as atividades desenvolvidas em prol de cada um dos objetivos do Regulamento relativo à assistência foram as seguintes:

4.2.1. Objetivo 1: Desenvolvimento e reestruturação das infraestruturas

A chegada do equipamento de *telecomunicações* da rede de nova geração, muito atrasada, foi parcial e provisoriamente aceite em março, tendo sido dada por terminada a migração da parte de transmissões da rede. No entanto, o plano destinado à comunidade cipriota turca para separar o fornecimento de serviços do funcionamento da rede não foi aplicado, pelo que a plena liberalização do setor não foi alcançada.

A inauguração da nova estação de *tratamento de águas residuais* (ETAR) dos dois municípios de Nicósia em Mia Milia/Haspolat realizou-se em abril. Trata-se da maior ETAR de toda a ilha, que serve as duas comunidades em Nicósia. As obras de construção foram realizadas graças ao PNUD com financiamento dos serviços de saneamento de Nicósia e por parte da UE. O objetivo é permitir que as águas tratadas sejam reutilizáveis pelas duas comunidades mas, para que as obras necessárias possam ser programadas e realizadas em 2015, o acordo entre essas comunidades sobre os mecanismos de partilha deve ser confirmado.

A UE está também a facilitar os debates no que diz respeito à substituição de um grande troço para a ligação à ETAR de Mia Milia/Haspolat que servirá as duas comunidades de Nicósia. O financiamento aqui será da UE.

A maior parte dos trabalhos de reparação para fazer face à corrosão e a outro tipo de problemas na estação de tratamento de águas residuais de Morphou/Güzelyurt foi executada e o certificado de desempenho (final) está previsto para 2015. Foi concebido para ser aplicado nesta unidade de produção um sistema de reutilização das águas agrícolas, cujo concurso terá lugar em 2015.

A nova estação de *tratamento de águas residuais* em Famagusta foi entregue em 2013, mas os problemas de corrosão exigiram obras de revestimento ou substituição de alguns componentes durante o período de notificação, que continua em 2015.

Foi levada a cabo uma ampla consulta das partes interessadas para definir uma assistência técnica substancial destinada a reforçar a capacidade da comunidade

cipriota turca nos setores da água, das águas residuais e dos resíduos. O contrato relacionado terá lugar no início de 2015.

No domínio dos resíduos sólidos, são necessárias medidas para aumentar a capacidade do aterro de Koutsoventis/Güngör com uma segunda unidade, tal como previa a conceção do projeto e a programação para 2014. É necessário intensificar o esforço neste setor com vista a reduzir e eliminar a deposição não controlada de resíduos. Em 2015, terá início a assistência destinada a finalizar e executar o plano diretor de resíduos sólidos, tal como exigido pelo acervo da UE.

Quanto à *proteção da natureza*, foi assinado um contrato com o PNUD para a conclusão dos centros de informação e de gestão em quatro zonas especiais de proteção da natureza (SEPA). A construção destes edifícios foi interrompida em 2011 por rescisão do contrato. Não foi possível qualquer intervenção entretanto, persistindo as hesitações por parte da comunidade cipriota turca devido a um litígio não resolvido com o contratante anterior. Além disso, a conceção deve ter em conta fatores ambientais, sendo necessário chegar a acordo com a comunidade cipriota turca sobre os elementos do projeto.

4.2.2. Objetivo 2: Promoção do desenvolvimento social e económico

No âmbito do terceiro convite à apresentação de propostas (3 milhões de EUR) para o *desenvolvimento da comunidade*, foram assinados sete contratos de subvenção. Os objetivos visam promover os bens naturais e o património cultural imaterial, a fim de melhorar os serviços locais de base e reforçar a coesão social e a governação local nas zonas rurais. Das 37 subvenções concedidas ao abrigo de anteriores programas de desenvolvimento local, 13 foram encerradas em 2014 e 12 continuaram em curso.

Para apoiar a *competitividade* das PME, foram assinadas 40 subvenções para a modernização das PME, com uma componente destinada às empresas em fase de arranque até um limiar de 5 milhões de EUR. Completou-se o trabalho de cartografia da indústria alimentar e do ecoturismo e a identificação de potenciais produtos de nicho.

Continuou o apoio técnico aos intervenientes no *desenvolvimento rural* em matéria fitossanitária, a nível da diversificação das culturas, no domínio da agricultura biológica e em matéria de apoio à aplicação das subvenções. Visto que a luta contra os danos da mosca do Mediterrâneo nas culturas é importante para toda a ilha, a Comissão promoveu os contactos entre as duas comunidades sobre esta problemática e apoiou o primeiro festival da azeitona organizado pelas duas comunidades, mas as sensibilidades políticas limitaram os impactos destas iniciativas. Foi assinado um novo contrato em 2014 para a conceção de um sistema de eliminação de subprodutos animais. O concurso iniciado em 2014 era relativo à prestação de assistência técnica para a erradicação de doenças animais. A adjudicação deverá realizar-se no primeiro trimestre de 2015.

No setor da *educação*, as dez subvenções assinadas para as escolas no final de 2013 ainda se encontravam a decorrer. Este quinto quadro interventivo (0,7 milhões de EUR) neste domínio visa promover métodos de ensino modernos e projetos comuns entre as duas comunidades. Os recursos escolares são muito limitados na parte norte de Chipre e as subvenções da UE são vitais para o desenvolvimento em muitos casos.

Após a conclusão do projeto relativo ao *ensino e à formação profissionais e ao mercado de trabalho* (VETLAM) em 2012 e a respetiva avaliação setorial, foi lançado um concurso para a continuação do projeto (VETLAM II), relativo ao

desenvolvimento e à promoção dos sistemas de ensino e formação profissionais (EFP), à aprendizagem ao longo da vida e às medidas ativas do mercado de trabalho.

A fase 2 do extenso programa (9,8 milhões de EUR) de modernização das infraestruturas locais, executado pelo PNUD, foi concluída em 2014. As várias componentes deste programa de sete anos incluíam obras para a abertura de um sétimo cruzamento em Limnitis/Yeşilırmak, medidas de segurança para os edifícios no cruzamento Ledra/Lokmaci, substituição do amianto nas condutas de água em Nicósia, eventos culturais e pequenas subvenções para ações de sensibilização ambiental em Carpásia/Karpaz.

Uma unidade de gestão do projeto (UGP) destinada a apoiar os beneficiários de subvenções está no local desde 2008, com o objetivo de aumentar a eficácia e a regularidade da execução e o controlo de eventuais despesas não elegíveis, por exemplo. O contrato chegou ao termo no mês de dezembro e o da nova UGP foi assinado no final de 2014.

O progresso económico foi acompanhado através de um fundo fiduciário do Banco Mundial e foi objeto de relatórios especializados. Esta atividade estava quase terminada no final de 2014; é especialmente importante, tendo em conta o mandato ao abrigo do Regulamento relativo à assistência para incentivar o desenvolvimento económico. Um novo contrato com o Banco Mundial está em fase de preparação.

4.2.3. Objetivo 3: Promoção da reconciliação, medidas de restabelecimento da confiança e apoio à sociedade civil

O *Comité para as pessoas desaparecidas* (CPD), apoiado por um acordo de contribuição com o PNUD, identificou o maior número de pessoas «desaparecidas» (157) até ao momento. Do total de 2001 pessoas desaparecidas, 948 foram já exumadas e 564 geneticamente identificadas e devolvidas às famílias. O trabalho de campo torna-se mais difícil à medida que vão escasseando as fontes de informação e as potenciais sepulturas restantes se tornam menos acessíveis. Em 2014, só 17 % dos sítios escavados revelaram restos humanos, embora tenha sido foi concedido acesso em 2014 a um segundo domínio anteriormente inacessível devido à presença militar turca. Em julho, os dois líderes cipriotas visitaram o laboratório antropológico e incentivaram as possíveis testemunhas a apresentar informações. A comunicação constitui uma parte importante do trabalho do CPD e o Regulamento relativo à assistência contribuirá para que o trabalho árduo desenvolvido pelos cientistas das duas comunidades seja objeto de uma exposição em Nicósia, em abril, que será levada a outros locais em Chipre e no estrangeiro. Cerca de 70 % do financiamento total do CPD foram concedidos ao abrigo do Regulamento relativo à assistência. Em Dezembro, foi assinado um novo acordo de delegação com o PNUD no valor de 2,6 milhões de EUR.

A *proteção do património cultural* que apoia os trabalhos do comité técnico das duas comunidades nesta matéria, continua a registar progressos de que são exemplo a conclusão das obras da mesquita de Mustafa Pasha (anterior igreja de Stavros) em Famagusta, o hamam de Paphos (banhos turcos medievais) e a igreja de Agios Nicolaos, em Syrianochori/Yayla. Ficou igualmente concluída a segunda fase das obras na mesquita de Deneia/Denya. O impacto do projeto é muito importante para o reforço da confiança entre as duas comunidades. Em julho, foram atribuídos recursos suplementares de 1,3 milhões de EUR a outros marcos na cidade fortificada de Famagusta para restaurar as muralhas entre a torre de Otelo e a do Arsenal, e acabar a primeira fase do acesso dos visitantes ao portão de Ravelin e os trabalhos de conservação do bastião de Martinengo. É importante intervir o mais rapidamente

possível em muitos casos para evitar maiores deteriorações. Um novo acordo de delegação (fase 3 no âmbito do presente programa) foi assinado com o PNUD no valor de 1,4 milhões de EUR em dezembro, elevando a 6,7 milhões de EUR o total do apoio dado até agora pela UE à proteção do património cultural.

Em 2014, foram assinadas dez novas subvenções no âmbito do 4.º convite à apresentação de propostas designado *Cypriot Civil Society in Action* (sociedade civil cipriota em ação) no valor de 2,5 milhões de EUR, para reforçar a sociedade civil cipriota turca e para a reconciliação e a instauração de um clima de confiança. Um dos elementos foi a promoção do empenho na proteção do ambiente, na proteção dos direitos humanos e na participação na cultura e no desporto. O concurso para o fornecimento de assistência técnica ao setor da sociedade civil, complementado por subvenções, foi iniciado.

4.2.4. Objetivo 4: Aproximação da comunidade cipriota turca e da UE

O ano académico de 2014-2015 foi o primeiro de um acordo de delegação assinado com o *British Council* em 2013 para a gestão do *regime de bolsas de estudo* que proporciona uma oportunidade a estudantes , investigadores e profissionais cipriotas turcos para estudarem na UE. Algumas dificuldades de aplicação foram constatadas no primeiro ano desta atividade externalizada. Este regime permitiu conceder 115 subvenções em 2014. Foi dada grande atenção à informação prestada aos estudantes sobre as oportunidades fora do Reino Unido, a fim de alargar o contacto da comunidade cipriota turca com outras culturas europeias. Outras 20 subvenções foram concedidas diretamente pela Comissão no âmbito de um anterior convite relativo ao ano académico de 2013-2014.

O primeiro projeto *Infopoint*, cujo objetivo era informar o público sobre o programa de ajuda e as políticas da UE e aumentar o conhecimento geral sobre a UE através de seminários, workshops e ações de visibilidade, foi concluído no final de 2013. Um novo contrato de prestação de serviços *Infopoint* com o mesmo mandato foi assinado em dezembro.

4.2.5. Objetivos 5 e 6: Preparação da comunidade cipriota turca para a introdução e aplicação do acervo

O Instrumento de Assistência Técnica e Intercâmbio de Informações da Comissão (TAIEX) ajuda a preparar a comunidade cipriota turca para a aplicação do acervo após a resolução do problema cipriota. Em 2014, a assistência centrou-se em 16 grandes áreas, ou setores, do acervo: uma nova seleção de peritos dos Estados-Membros da UE foi efetuada em 2014, mas o atraso no acordo sobre o processo de seleção com os beneficiários culminou num número total de ações em 2014 (221) inferior ao dos anos anteriores. As ações ao abrigo do TAIEX incluem cursos de formação, seminários, visitas de estudo e aconselhamento jurídico.

A preparação da comunidade cipriota turca para a futura implantação do acervo continua a ser limitada, entravada por um reduzido nível de adoção de textos jurídicos destinados ao alinhamento pelo acervo, por capacidades de redação jurídica limitadas e por uma aplicação incompleta. Contudo, alguns textos jurídicos importantes em matéria de géneros alimentícios e alimentos para animais e em matéria de segurança dos produtos foram adotados em 2014 e o trabalho jurídico prosseguiu e intensificou-se na última parte do ano.

Prosseguiu o apoio ao comércio entre as zonas situadas nos dois lados da Linha Verde (Regulamento n.º 866/2004). Os peritos dos Estados-Membros da UE procederam a inspeções fitossanitárias periódicas das batatas e dos citrinos. Além

disso, peritos independentes elaboraram uma lista atualizada de navios cujas capturas podem ser transacionadas de ambos os lados da Linha Verde.

4.3. Execução financeira (contratos e pagamentos)

4.3.1. Adjudicação de contratos

As autorizações totalizaram 26,5 milhões de EUR em 2014. Vários contratos, em especial para a assistência técnica, ficarão concluídos no início de 2015. Graças ao importante esforço para concluir os contratos nos últimos três anos, à racionalização do programa e à externalização das ações, a taxa de autorizações deverá continuar a aumentar em 2015 até alcançar o montante para os programas anuais.

4.3.2. Pagamentos

Em 2014, os pagamentos ascenderam a 21 milhões de EUR. Espera-se que a tendência seja no sentido da alta à medida que aumentar o volume de autorizações.

4.4. Monitorização

A Comissão tem uma responsabilidade direta pela implementação da maior parte dos projetos (gestão direta). O nível de supervisão exercido pelo pessoal da Comissão é elevado, com visitas ao local, reuniões no terreno e comités de direção. Existe uma unidade dedicada que faz a gestão do programa que monitoriza a utilização das subvenções no desenvolvimento das comunidades, PME e empresas rurais, e presta apoio aos beneficiários de subvenções. A logística do TAIEX é acompanhada em linha através do sistema de gestão TAIEX.

4.5. Auditoria e controlos

Foi igualmente realizada uma auditoria *ex post* a uma série de processos de adjudicações (serviços, obras e fornecimentos), financiados no âmbito do programa de assistência. O projeto de relatório final foi publicado no final de 2014. Não foram assinalados erros materiais e não há ações a executar.

O serviço de Estrutura de Auditoria Interna realizou, em 2013, uma auditoria à gestão conjunta a fim de avaliar os sistemas de controlo interno da Direção-Geral do Alargamento. O âmbito de aplicação da referida auditoria incluiu projetos financiados no âmbito do programa de assistência. Foram implementadas as recomendações relativas aos controlos operacionais, avaliação de riscos e monitorização.

4.6. Avaliação

A avaliação do instrumento TAIEX foi concluída em 2014 com recomendações sobre os métodos de fixação de prioridades, controlo de qualidade, indicação dos objetivos intermédios e cumprimento das capacidades de absorção. Os dois anos precedentes (2012-13) caracterizaram-se por um vasto esforço de avaliação a nível setorial e do programa, tendo as ações necessárias já sido realizadas ou inseridas na programação: a avaliação e melhoria dos indicadores está a decorrer em todo o programa; os consultores começarão a trabalhar em 2015 no setor da água e dos resíduos sólidos e também no reforço da capacidade das organizações da sociedade civil; o apoio do TAIEX foi reforçado mediante o novo projeto de planos de ação e novos peritos.

O aumento da eficiência do funcionamento do CPD foi proposto em 2014 pelo Equipo Argentino de Antropologia Forense (EAAF), convidado pela CPD a fazer regularmente avaliações de desempenho.

4.7. Informação, publicidade e visibilidade

Foram realizadas 53 ações de visibilidade em 2014, nomeadamente a inauguração da nova estação bicomunitária de tratamento de águas residuais de Nicósia, em Mia Milia/Haspolat, as cerimónias de conclusão das obras de restauro da igreja de Agios Nicolaos em Syrianochori/Siryanohoro/Yayla e da mesquita de Deneia/Denya, e um evento de grande escala destinado às famílias de pessoas desaparecidas designado *Searching for our Missing* (procurar os desaparecidos) para sensibilizar o público para o trabalho do CPD.

Um festival do Dia da Europa na parte norte de Nicósia foi organizado em conjunto com a representação da Comissão nesta cidade. Vários comunicados de imprensa sobre as ações do programa foram distribuídos pela representação em turco, grego e inglês.

4.8. Consultas com o Governo da República de Chipre

Foram realizadas reuniões periódicas com os representantes do Governo da República de Chipre, em particular aquando da visita de altos funcionários da Comissão à ilha. A Comissão continua a contar com a cooperação do Governo da República de Chipre para verificação dos direitos de propriedade, reunindo-se também com regularidade com a Representação Permanente em Bruxelas.

5. CONCLUSÕES

A Comissão continua a prestar assistência para atingir o objetivo principal do regulamento, ou seja, *favorecer a reunificação de Chipre, promovendo o desenvolvimento económico da comunidade cipriota turca*, mas a resolução da questão cipriota será conseguida através de um diálogo político, que a Comissão encoraja e apoia. Este processo não registou o importante passo em frente que se almejava em 2014, mas a Comissão está pronta a aprofundar os progressos que ocorram e que gozem do apoio de ambas as comunidades. O mandato conferido ao abrigo do Regulamento relativo à assistência continua a ser válido e a Comissão prosseguiu os seus trabalhos no sentido da realização dos objetivos nele especificados. Uma parte significativa da ajuda contribui para o desenvolvimento económico, quer diretamente, através de subvenções, quer indiretamente, através da melhoria das infraestruturas, das telecomunicações, da qualidade dos produtos, do desenvolvimento dos recursos humanos ou da preparação de importância decisiva para a aplicação do acervo.

Os problemas operacionais no terreno podem ser bastante graves em alguns domínios devido à fraca capacidade dos beneficiários e à falta de recursos a nível local, o que entrava a participação da comunidade cipriota turca. A Comissão não pode, contudo, pôr termo aos seus trabalhos nos domínios que dizem respeito a elementos centrais do acervo e se revestem de uma importância vital para o bem-estar económico e social dos cidadãos da UE.

O quadro geral para a realização de investimentos em infraestruturas é geralmente difícil, quanto à gestão de contratos, transferência, exploração, manutenção e sustentabilidade, exigindo com frequência um apoio posterior à conclusão dos projetos. No entanto, o desenvolvimento das infraestruturas é claramente

mencionado no Regulamento relativo à assistência, havendo um volume significativo de projetos em curso, em particular relacionados com o ambiente.

A execução em larga escala dos projetos ao abrigo do Regulamento relativo à assistência teve início no terreno em 2009 e os cinco anos subsequentes permitiram à Comissão e aos beneficiários adquirir uma grande experiência. Apesar de as ambições do Regulamento relativo à assistência serem muito vastas, a abordagem coerente da Comissão e sua focalização sobre grandes temas já produziram resultados tangíveis. Muitos programas, nomeadamente as medidas de reforço da confiança e os regimes de subvenções, incluindo os destinados a operadores do setor privado, escolas e comunidades, obtiveram boa apreciação e bom impacto. O programa de bolsas de estudo, em especial, é bem recebido e atingiu um bom nível de visibilidade.

O nível de confiança e o parecer positivo por parte da comunidade cipriota turca em relação à UE é elevado para os padrões gerais da UE, como demonstrado pelos inquéritos Eurobarómetro[4], mas é importante manter a visibilidade da UE e a comunicação com a comunidade cipriota turca enquanto cidadãos da UE em todo o processo de resolução da questão cipriota.

[4] http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb_arch_en.htm